

## AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

*Mário Wedney de Lima Moreira\**, *Adriana Castro Araújo\*\**,  
*Erica de Lima Gallindo\*\*\**

### RESUMO

Este artigo compara diversas políticas de assistência estudantil com foco principal no pagamento de auxílios estudantis em pecúnia, envolvendo programas, projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento integral e integrado do estudante em algumas instituições federais de ensino superior (IFES). Em relação a esta política, este estudo mostra a problemática com ênfase histórica na descontinuidade das ações, o que não contribui para a permanência do estudante na instituição. Em termos de metodologia, descreve uma nova abordagem para a distribuição do recurso, visto como uma solução para este problema. Quanto aos meios, esta pesquisa é considerada quantitativa, pois o objetivo desta é analisar o perfil do estudante de uma IFES a partir de quantificações, usando métodos matemáticos. Em relação aos fins, esta investigação é descritiva, objetivando caracterizar as políticas de assistência estudantil para permanência e êxito, estabelecendo relações entre variáveis, o que envolve técnicas de coleta de dados padronizados. Finalmente, este estudo envolve a análise exaustiva, buscando um detalhamento aprofundado do assunto. Os principais resultados desta pesquisa mostram que um programa institucional de assistência ao educando contínuo, que garanta ao discente as condições básicas, como alimentação, transporte e saúde, durante toda a sua vida acadêmica, permite que este consiga lograr êxito ao concluir seu curso, mesmo em situações fortuitas e de força maior, como ocorreu durante a pandemia.

**Palavras-chave:** avaliação de políticas públicas; assistência estudantil; permanência e êxito.

\* Doutor em Engenharia Informática pela Universidade da Beira Interior (Portugal). ORCID: 0000-0002-3463-8112. Correio eletrônico: mario.wedney@ifce.edu.br.

\*\* Doutora em Educação Brasileira e Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. ORCID: 0000-0001-7739-0471. Correio eletrônico: driaraujo12@gmail.com.

\*\*\* Mestra em Informática e Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). ORCID: 0000-0002-9565-5098. Correio eletrônico: erica.gallindo@ifce.edu.br.

## INSTITUTIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM EVALUATION OF A FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTION

### ABSTRACT

*This paper compares different student assistance policies, with the main focus on the payment of student aid in cash, involving programs, projects, and actions that contribute to the student's integral and integrated development in some federal institutions of higher education (IFES). Concerning this policy, this study shows the problem with a historical emphasis on the discontinuity of actions, which does not contribute to the student's permanence in the institution. Regarding methodology, it describes a novel approach to resource distribution, seen as a solution to this problem. As for the means, this research is considered quantitative, as its objective is to analyze the profile of the student of an IFES from quantifications using mathematical methods. Regarding the purposes, this is descriptive, aiming to characterize student assistance policies for permanence and success, establishing relationships among variables, which involves standardized data collection techniques. Finally, this study involves an exhaustive analysis, seeking in-depth details about the subject. The main results of this research show that an institutional assistance program to continuing education, which guarantees the student the basic conditions, such as food, transport, and health throughout his/her academic life, allows him/her to succeed in completing his course, even in fortuitous situations and force majeure, as occurred during the pandemic.*

**Keywords:** *evaluation of public policies; student assistance; permanence and success.*

## EVALUACIÓN DEL PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ATENCIÓN AL ESTUDIANTE DE UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR FEDERAL

### RESUMEN

*Este artículo compara varias políticas de asistencia estudiantil con un enfoque principal en el pago de la ayuda estudiantil en efectivo, involucrando programas, proyectos y acciones que contribuyen al desarrollo integral e integrado del estudiante en algunas instituciones federales de educación superior (IFES). En cuanto a esa política, este estudio muestra el problema con énfasis histórico en la discontinuidad de las acciones, lo que no contribuye a la permanencia del estudiante en la institución. En términos de metodología, describe un nuevo enfoque para la distribución de recursos, visto como una solución a este problema. En cuanto a los medios, esta investigación se considera cuantitativa, ya que su objetivo es analizar el perfil del estudiante de una IFES a partir de cuantificaciones, utilizando métodos matemáticos. En cuanto a los propósitos, esta investigación es descriptiva, con el objetivo de caracterizar las políticas de atención a los estudiantes para la permanencia y el éxito, estableciendo relaciones entre variables, lo que involucra*

*técnicas estandarizadas de recolección de datos. Finalmente, este estudio implica un análisis exhaustivo, buscando un detalle profundo del tema. Los principales resultados de esta investigación muestran que un programa institucional de asistencia al estudiante continuo, que le garantice al estudiante las condiciones básicas, como alimentación, transporte y salud, a lo largo de su vida académica, le permite tener éxito en la culminación de su carrera, incluso en situaciones fortuitas y de fuerza mayor, como ocurrió durante la pandemia.*

**Palabras clave:** *evaluación de políticas públicas; asistencia al estudiante; permanencia y éxito.*

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de assistência estudantil são constituídas por princípios, diretrizes e objetivos, sobre as quais se edificam programas, projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento integral e integrado do estudante (CUNHA *et al.*, 2022). Os programas de assistência estudantil oportunizam condições adequadas de forma a favorecer a permanência do educando no espaço educacional, cooperando para a redução da evasão escolar e contribuindo, ainda, com a aprendizagem e o rendimento dos estudantes, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis através de ações de educação alimentar e nutricional. Pesquisas mostram que, quando ocorre a evasão do aluno pela falta de políticas assistencialistas de permanência e êxito, o indivíduo, as instituições de ensino e a sociedade são severamente afetados (BRANCO *et al.*, 2020).

As políticas públicas são úteis e significativas quando são feitas, implementadas, avaliadas e apoiadas até a sua conclusão. Estas só alcançarão o resultado pretendido quando forem efetivamente implementadas e monitoradas (ANDRIOLA, 2005; JANNUZZI, 2021). Isto leva ao conceito de “*follow-up and follow-through*”, o que significa que as políticas públicas elaboradas não devem apenas ser implementadas, mas devem ser vistas como efetiva e eficientemente executadas (ARAÚJO; ANDRIOLA; COELHO, 2018).

Um grave problema percebido nas políticas de assistência ao educando é sua descontinuidade, *i.e.*, sua inconstância e/ou interrupção ao longo do tempo. Na esfera pública federal, a descontinuidade do financiamento a cada início de exercício financeiro afeta esta política, deixando os estudantes desassistidos durante determinado período (ANDRIOLA, 1997; RAUBER; GRIMM, 2022).

Neste contexto, questiona-se de que forma é possível melhorar a política de assistência estudantil de modo a torná-la contínua, favorecendo, assim, a permanência do estudante na instituição e, portanto, contribuindo com o êxito acadêmico de discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica?

Portanto, esta pesquisa busca, como objetivo geral, desenvolver uma metodologia baseada em um conjunto de diretrizes que nortearão a implantação de ações que intentem a permanência dos estudantes de instituições federais de educação superior (IFES), baseadas na inclusão social.

Para alcançar este objetivo, este estudo definiu os seguintes objetivos específicos, a saber,

- a) avaliar a política de assistência estudantil vigente em uma IFES do estado do Ceará, identificando suas falhas relativas à descontinuidade;
- b) identificar uma relação entre vulnerabilidade social, desempenho acadêmico e financiamento usando técnicas de visualização de dados;
- c) propor uma nova metodologia de financiamento estudantil baseado em regras que considerem diversos indicadores, *e.g.*, sua faixa de renda, desempenho acadêmico, entre outros.

A contribuição desta pesquisa é elucidar o principal desafio da permanência dos estudantes na instituição, ao considerar as especificidades do estudante em contexto de vulnerabilidade social, afirmando a relevância da temática deste estudo para o conhecimento da assistência social em sua interface com a educação. Metodologicamente, esta pesquisa possibilitará uma análise de como as políticas de assistência ao educando se aproximam ou se distanciam de suas reais demandas, o que reflete o compromisso social deste estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a fundamentação teórica desta pesquisa. A presente parte apresenta uma série de conceitos básicos para a compreensão do desenvolvimento do estudo.

### 2.1 Assistência ao educando

O conceito de assistência estudantil está relacionado à oferta de alimentação, realizada, *e.g.*, por meio de restaurantes universitários e à oferta de moradia, concretizada por meio da disponibilização de alojamento para os estudantes. Além disso, este costuma ser tratado pelas instituições de ensino como uma política interna para concessão de benefícios (ARAÚJO, 2021; ANDRIOLA, 2003a; GALLINDO, 2017).

A Portaria MEC n.º 39, de 12 de dezembro de 2007<sup>1</sup> instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Com a publicação do Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010<sup>2</sup>, o PNAES foi, enfim, regulamentado.

Desde a implementação deste Decreto, muitas pesquisas foram realizadas para avaliar essa política pública que incide diretamente na vida acadêmica dos estudantes de baixa renda (RECKTENVALD; MATTEI; PEREIRA, 2018; VANELI JUNIOR; OLIVEIRA; CARVALHO, 2020). No entanto, como cada IFES implementa de forma autônoma os critérios de distribuição dos auxílios, espera-se que os resultados destas pesquisas apresentem dissonâncias em seus resultados a depender

<sup>1</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

do contexto em que a política é avaliada (ANDRIOLA; ARAÚJO, 2021; ANDRIOLA; Mc DONALD, 2003).

Santos, Siqueira e Diniz (2021, p. 30) afirmam que as principais ações que constituem o PNAES “[...] têm por objetivo dar oportunidade de igualdade aos discentes para que apresentem melhor desempenho acadêmico, a partir de medidas que busquem combater situações de desistência do curso relacionadas às condições socioeconômicas”.

De acordo com o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal<sup>3</sup>, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>4</sup> repete o dispositivo constitucional supracitado quando, em seu art. 4º, inciso VIII, estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (ANDRIOLA; SULIANO, 2015; ARAÚJO; ANDRIOLA; CAVALCANTE; CORREA, 2019).

Esta política deve ser efetivada nas IFES por meio de regulamento, geralmente aprovado pelos conselhos superiores, definindo dentre outras matérias, os auxílios estudantis a serem concedidos no âmbito da instituição.

## 2.2 Visualização de dados

A visualização de dados é um campo promissor na área da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Esta usa gráficos de computador para revelar padrões, tendências e relacionamentos de conjuntos de dados (SILVA, 2019).

A visualização representa a apresentação gráfica da informação com o objetivo de proporcionar ao usuário uma compreensão qualitativa do conteúdo da informação. Este conceito é também o processo de transformar objetos, conceitos e números em uma forma visível aos olhos humanos. A informação refere-se a dados, processos, relações ou conceitos.

Segundo Silva (2019), a visualização de dados refere-se à compreensão de proporções e relacionamentos entre os números. Este conceito não está relacionado à compreensão de números individuais, mas sobre a compreensão dos padrões, tendências e relacionamentos que existem em grupos de números.

Considerando o conceito abordado anteriormente, as formas de representação comumente usadas em visualização de dados incluem, mas não se limitam a gráficos de barra ou torta; grafos, que são excelentes para estruturas e relacionamentos; *plots*: 1- a *n*-dimensões; mapas, que são muito eficazes; imagens, que utilizam cor e intensidade de cores em vez de distância (superfícies); superfícies e sólidos 3D e isosuperfícies/fatias.

<sup>3</sup> Constituição Federal, art. 208, inciso VII, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>4</sup> Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

## 2.3 Análise de dados

Análise de dados é o processo de aplicação de vários métodos aos dados para auxiliar na interpretação. Alguns dos métodos de análise exploratória de dados são suporte estatístico, análise de *cluster*, dimensionamento multidimensional e análise fatorial (SANTOS *et al.*, 2018). A análise de dados pode ser usada para transformar dados ou para resumir os próprios dados ou suas propriedades estatísticas. Em análise e ciência de dados, existem quatro tipos principais de análise, *e.g.*, descritiva, diagnóstica, preditiva e prescritiva.

A análise descritiva analisa o que aconteceu no passado. Como o nome sugere, o objetivo da análise descritiva é simplesmente descrever o que aconteceu, *i.e.*, não busca explicar por que isso pode ter acontecido ou estabelecer relações de causa e efeito. O objetivo é apenas fornecer uma resposta razoável.

A análise diagnóstica procura se aprofundar para entender por que algo aconteceu. O principal objetivo desta análise é identificar e responder a anomalias em dados. Já a análise preditiva procura prever o que provavelmente acontecerá. Com base em padrões e tendências anteriores, os analistas de dados podem criar modelos preditivos que estimam a probabilidade de um evento ou resultado futuro (ANDRIOLA, 2003b).

Finalmente, a análise prescritiva analisa o que aconteceu, por que aconteceu e o que pode acontecer para determinar o que deve ser feito em seguida. Em outras palavras, a análise prescritiva mostra como o usuário pode aproveitar melhor os resultados previstos, *e.g.*, medidas para evitar problemas futuros ou para capitalizar uma tendência emergente.

A análise de dados é o processo de análise de dados brutos para extrair insights significativos. Estes são então usados para melhorar o processo de tomada de decisão (GHASEMAGHAEI; EBRAHIMI; HASSANEIN, 2018).

## 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A importância da pesquisa científica está relacionada à reunião de observações, conhecimentos e dados para resolver problemas, propor soluções e desenvolver novos produtos. Este tópico apresenta a metodologia e o método utilizados neste estudo para alcançar o objetivo elencado anteriormente.

### 3.1 Classificação da pesquisa

Quanto aos meios, esta pesquisa é considerada quantitativa (TONELLI; ZAMBALDI, 2018), pois o objetivo desta é analisar o perfil do estudante de uma IFES a partir de quantificações usando métodos matemáticos. Em relação aos fins, esta é uma pesquisa descritiva (NUNES; NASCIMENTO; ALENCAR, 2016), pois objetiva caracterizar as políticas de assistência estudantil e de permanência e êxito, estabelecendo relações entre variáveis, o que envolve técnicas de coleta de dados padronizados, *e.g.*, técnicas de observação. O objetivo desta é contribuir com o processo de avaliação das políticas de assistência estudantil, de modo a torná-la mais efetiva.

### 3.2 Técnica/estratégia de coleta de dados

Para a construção do banco de dados este estudo realizou-se o cruzamento de informações do sistema acadêmico Q-Acadêmico *Web* e o Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE), utilizando campos (atributos) comuns a ambos os sistemas.

### 3.3 Instrumento de coleta de dados

Para esta pesquisa utilizou-se a ferramenta de *business intelligence Power BI*<sup>5</sup>, que é uma coleção de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham para transformar fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, acessíveis e interativas. Este ajuda a simplificar dados brutos em um formato muito facilmente compreensível, criando visualizações (*dashboards*) que podem ser compreendidas facilmente.

### 3.4 Recorte temporal e longitudinal

Para este estudo foram utilizadas duas fontes de dados distintas, a saber, o Q-Acadêmico Web, que é utilizado para registrar a história acadêmica dos estudantes e o SisAE, responsável pelo controle da concessão e do monitoramento dos auxílios concedidos. Na análise foram considerados os auxílios iniciados no ano de 2022.

### 3.5 Sujeitos da pesquisa

A amostra utilizada nesta pesquisa é composta por 61.703 inscrições de estudantes regularmente matriculados em cursos técnicos e de graduação de uma IFES, em processo de seleção de auxílios estudantis. Os dados estão disponíveis na web<sup>6</sup> e seguem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018<sup>7</sup>. O estudo foi realizado de acordo com os padrões éticos estabelecidos na Declaração de Helsinque de 1964 e suas alterações posteriores ou padrões éticos comparáveis.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de auxílios concedidos a estudantes por curso. Dentre os cursos que mais receberam auxílio estudantil nesta IFES encontram-se os cursos técnicos e os cursos de licenciatura. Por ser uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)<sup>8</sup>, grande parte dos auxílios contempla alunos das áreas de STEM<sup>9</sup> (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, em português).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://powerbi.microsoft.com/pt-br/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

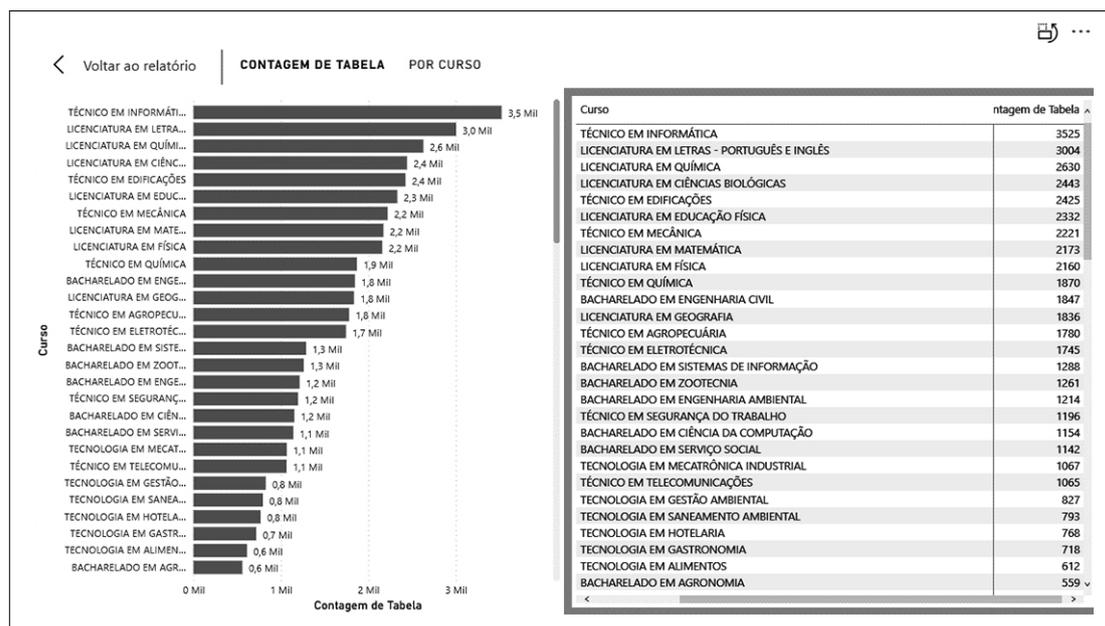
<sup>6</sup> Como exemplo: [https://ifce.edu.br/aracati/menu/concursos-e-selecoes/editais-2022/pdfs/Resultado\\_4115153\\_Resultado\\_Final\\_\\_Edital\\_11\\_de\\_2022.pdf](https://ifce.edu.br/aracati/menu/concursos-e-selecoes/editais-2022/pdfs/Resultado_4115153_Resultado_Final__Edital_11_de_2022.pdf). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/13709.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>8</sup> Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>9</sup> Sigla em inglês para *Science, Technology, Engineering, and Mathematics*.

Gráfico 1 – Contagem de estudantes contemplados por curso registrados no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE) (dados de 30 de outubro de 2022).



Fonte: Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE) (2022).

É importante notar que a política de cotas da Instituição interfere diretamente neste resultado (SANTOS; ESCOBAR, 2021), pois a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012<sup>10</sup>, garante aos estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas a reserva de 50% das vagas em todos os cursos e em todos os turnos, em todas as IFES vinculadas ao Ministério da Educação. Portanto, em cursos que são geralmente elitistas, como os bacharelados, encontramos também estudantes em situação de vulnerabilidade social.

### 3.6 Apresentação e análise dos dados

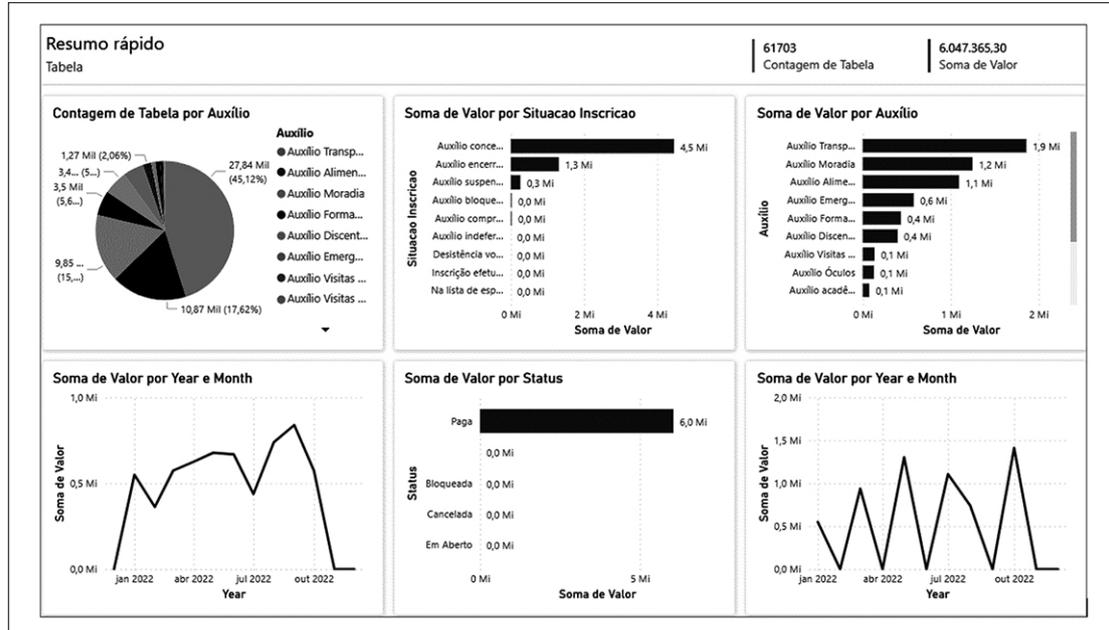
Para a apresentação dos resultados, este estudo optou pela utilização de gráficos e tabelas. Esta pesquisa considerou a análise de agrupamento, ou *clustering*, como técnica de análise de dados. Esta abordagem é constituída por um conjunto de técnicas computacionais cujo propósito consiste em separar objetos em agrupamentos. Este método baseia-se nas características que estes objetos possuem.

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos auxílios para as 14 categorias possíveis, a saber, auxílio transporte, moradia, formação, alimentação, discentes pais e mães, emergencial, acadêmico de apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais e internacionais, visitas e viagens técnicas com e sem pernoite, óculos, didático-pedagógico, *internet* e pré-embarque internacional, sendo o valor total de R\$ 6.047.365,30 para o ano de 2022. Foram concedidos 36.193 auxílios, *i.e.*, contemplando 58,7% dos estudantes que participaram dos editais. Considerando a

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 3 nov. 2022.

quantidade de inscrições não contempladas de um total de 61.703 aplicações, afirma-se que existe uma demanda reprimida de pelo menos 25.000 estudantes.

Gráfico 2 – Quantidade e valor de auxílios concedidos registrados no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE), organizados por série temporal (dados de 30 de outubro de 2022).



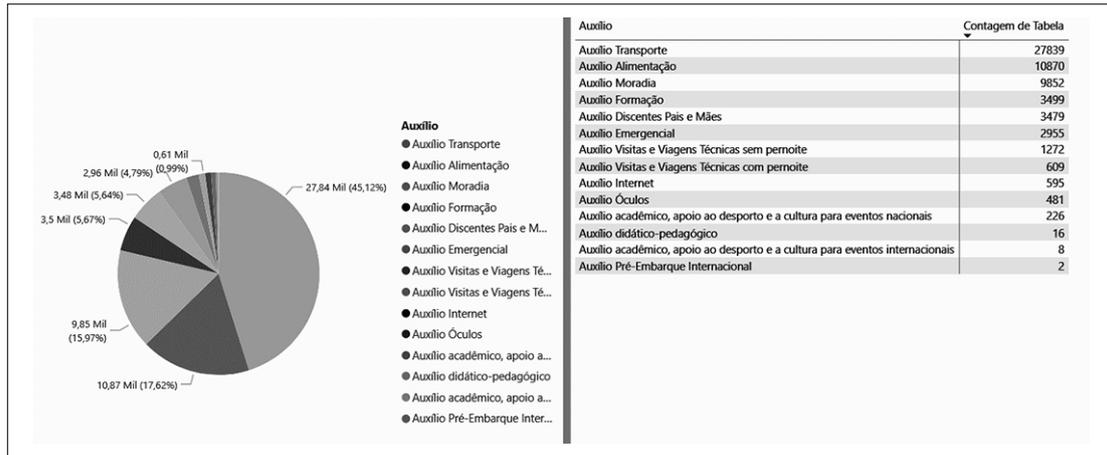
Fonte: Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE) (2022).

Com a visualização destes dados é possível perceber as principais demandas desta instituição, *i.e.*, transporte (45,12%), alimentação (17,62%), moradia (15,97%) e formação (5,67%), o que corrobora com a tese de vulnerabilidade social de grande parte dos estudantes desta IFES. Conseqüentemente, uma política de Assistência Estudantil fragilizada ou mal distribuída acarretaria altos níveis de evasão estudantil, contribuindo negativamente para a política de permanência e êxito institucional.

O Gráfico 3 mostra os valores pagos para cada tipo de auxílio, sendo o auxílio transporte o mais demandado entre os estudantes. Para este auxílio foram investidos pela instituição durante o ano de levantamento dos dados desta pesquisa R\$ 1.858.929,36. Ressalta-se que este valor é diferente para cada unidade da IFES, sendo o maior valor encontrado de R\$ 760,00 e o menor de R\$ 4,80.

A próxima seção discutirá o problema da descontinuidade da política de assistência estudantil desta instituição, bem como apresentará alguns trabalhos relacionados que buscaram propor melhorias para esta em diversas instituições brasileiras.

Gráfico 3 – Soma de valores por auxílio registrados no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE) (dados de 30 de outubro de 2022).



Fonte: Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SisAE) (2022).

## 4 TRABALHOS RELACIONADOS

Os trabalhos relacionados ao problema desta pesquisa serão abordados a seguir para destacar o que já foi feito de importante e os resultados obtidos sobre o problema em questão. Estes estudos do estado da arte recente servirão para fins de comparação.

### 4.1 Contribuição da política de assistência estudantil para a permanência e êxito acadêmico

Vieira e Castro (2019) analisaram a relação entre a assistência estudantil na e a permanência e êxito acadêmico dos estudantes beneficiários dos auxílios disponibilizados ao estudante. A análise dos dados foi realizada através de análise de conteúdo. Esta pesquisa sugere que a assistência estudantil foi marcada por ações esparsas e pontuais, assumindo caráter assistencialista. As autoras observaram que os estudantes enfrentam diversas dificuldades em receber os auxílios, *e.g.*, complexidade dos editais, insuficiência financeira para atender às demandas e burocracia envolvendo o processo de inscrição. Resultados mostram que estes fatores, combinados ou isolados, ocasionam baixo número de estudantes atendidos, contribuindo para o aumento dos índices de retenção e evasão.

### 4.2 Análise do impacto da assistência estudantil na permanência e êxito estudantil

Neste estudo, a autora buscou contribuir com a temática, sugerindo uma metodologia para realizar uma análise da efetividade da assistência estudantil em uma IFES (GALLINDO, 2017). Nesta pesquisa, estabeleceram-se critérios para indicar se os recursos disponibilizados têm de fato auxiliado na manutenção e no êxito dos estudantes beneficiados. A partir da aplicação da metodologia, foram obtidos resultados que apontam para a eficácia da política do ponto de vista da

permanência e do êxito, no entanto, não se comprovou melhorias no desempenho acadêmico estudantil.

Para esta metodologia desenvolveu-se para cada estudante beneficiário um indicador composto denominado Indicador de Desempenho do Estudante (IDE). Este tem por objetivo representar o rendimento acadêmico do estudante. Este indicador é baseado em variáveis comumente associadas a cada estudante em qualquer IFES, a saber, a) o índice de rendimento acadêmico (IRA), que representa a média das notas de todas as disciplinas cursadas até aquele período, b) o aproveitamento de disciplinas (AD), que indica o percentual de carga horária matriculada que o estudante concluiu em determinado período letivo e c) a frequência (FREQ), que indica o percentual de aulas nas quais o estudante se fez presente em sala de aula em um período letivo. A Equação (1) indica como o IDE do estudante é calculado:

$$IDE = IRA \times 3 + AD \times 2 + FREQ \times 1 \quad (1)$$

Gallindo (2017) identifica, para cada auxílio concedido, quais os períodos letivos, anterior e posterior, ao período letivo de concessão. Calcula-se então o IDE do período letivo anterior à concessão do auxílio ( $IDE_{PLAC}$ ) e o do período letivo anterior à concessão do auxílio ( $IDE_{PLPC}$ ).

Por fim, para analisar a eficácia do auxílio estudantil concedido ao estudante, no tocante ao desempenho acadêmico, aplica-se a regra mostrada na Equação (2).

$$IDE_{PLPC} \geq IDE_{PLAC} \quad (2)$$

Se ocorre (2), então o auxílio analisado é eficaz; caso contrário, este não é. Os resultados dos cálculos foram, então, sistematizados, podendo-se verificar que apenas 34.83% dos auxílios concedidos entre 2014.1 e 2015.1 foram eficazes, *i.e.*, houve aumento na diferença entre  $IDE_{PLPC}$  e  $IDE_{PLAC}$ . Desta forma, grande parte dos auxílios concedidos não mostrou evolução quanto ao rendimento escolar do estudante no período avaliado.

No entanto, os resultados da pesquisa levaram a autora a entender que ofertando as condições mínimas para que os estudantes possam prosseguir em seus estudos tem-se efeito direto em sua permanência na instituição. Esta afirmação foi reforçada ao se verificar que a taxa de evasão dos estudantes com auxílio era muito inferior à média institucional, *i.e.*, os auxílios impactam mais na permanência estudantil, que pode levar ao seu êxito, do que no aumento do desempenho acadêmico destes.

### 4.3 Resolução ad *Referendum* CONSUP/IFFAR nº 1/2022

A Resolução *ad referendum* CONSUP/IFFAR n.º 1/2022<sup>11</sup>, de 11 de fevereiro de 2022, aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Esta resolução apre-

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/29462/da0d936760d74a22f98a69bbcc832519>. Acesso em: 3 nov. 2022.

sentou uma metodologia inovadora para a distribuição de recursos da assistência estudantil que é a distribuição por grupos. O seu art. 22 diz o seguinte:

Os estudantes que tiverem sua solicitação de auxílio DEFERIDA (aceita), serão classificados em grupos e os respectivos valores serão definidos a partir de critérios de renda e vulnerabilidade socioeconômica, conforme os seguintes grupos de classificação:

- I - Grupo 1, Vulnerabilidade Alta;
- II - Grupo 2, Vulnerabilidade Média;
- III- Grupo 3, Vulnerabilidade Baixa.

Conforme esta política o Auxílio Permanência é um auxílio financeiro que objetiva atender o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo com a permanência e o êxito do mesmo em todo o seu percurso acadêmico, *i.e.*, sem que haja descontinuidade da assistência ao educando.

De acordo com o Edital n.º 038, de 15 de fevereiro de 2022<sup>12</sup>, a distribuição dos valores do Auxílio Permanência está atrelada ao limite orçamentário e é ordenada utilizando o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), contemplando primeiramente os estudantes com maior vulnerabilidade, classificados da seguinte o Quadro 1:

Quadro 1 – Distribuição dos valores do Auxílio Permanência considerando os grupos de classificação

Grupos de classificação	Pontuação	Valor
Grupo 1 (vulnerabilidade alta)	De 361 a 540	R\$ 240,00
Grupo 2 (vulnerabilidade média)	De 181 a 360	R\$ 160,00
Grupo 3 (vulnerabilidade baixa)	Até 180	R\$ 80,00

Fonte: Edital n.º 038 IFFar/2022/1 (2022).

Conforme a Resolução CONSUP n.º 051/2019, de 24 de outubro de 2019<sup>13</sup>, que aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios do IFFar, para o cálculo do IVS, a análise socioeconômica utilizada usa a Equação (3)

$$IVS = \frac{\text{Fator x Renda Bruta}}{\text{Valor salário mínimo x Quantidade de pessoas na família}} \quad (3)$$

Ressalta-se que o Auxílio Permanência é concedido ao estudante por até 10 meses no ano, a partir do mês de publicação do edital, que geralmente ocorre no início do ano letivo. A concessão do auxílio tem vigência durante o prazo de duração de todo o curso previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), *i.e.*, o estudante não necessita participar de diversos processos seletivos, considerando que já foi comprovada sua vulnerabilidade social. Outro fato que deve ser levando em

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/29460/c0c8319a30b89efa68d87e44477a67e8>. Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/18320/6223f4f669ee538b9a3aed331c7d15d0>. Acesso em: 3 nov. 2022.

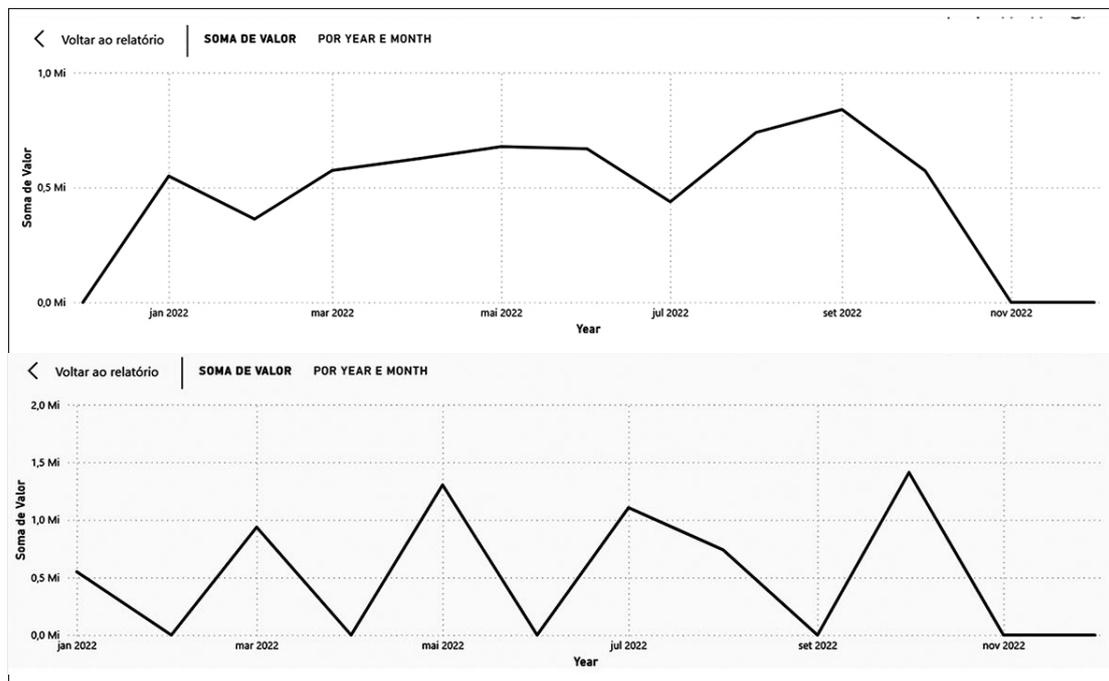
conta é de que o estudante não tem direito ao recebimento do auxílio durante o período de férias e trancamentos de matrícula.

## 5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção discute a descontinuidade da política de assistência estudantil da IFES estudada e busca encontrar uma solução com base nas soluções apresentadas nos trabalhos relacionados na seção anterior.

O Gráfico 4 mostra a previsão de início e fim do pagamento de diversos auxílios da IFES estudada durante o mês de agosto de 2022. Percebe-se o pagamento de uma grande quantidade de quotas de auxílio durante determinada semana e o pagamento de pequenas quantidades no decorrer do mês. Este Gráfico também mostra a distribuição das quotas de diversos auxílios ao longo dos meses de julho e setembro. Apesar de o edital prever 12 quotas durante o ano de auxílio, este depende do orçamento distribuído aos *campi* da ação orçamentária 2994<sup>14</sup>. Percebe-se, através da compreensão minuciosa dos dados que, para alguns auxílios, existem poucas ou pouquíssimas cotas, enquanto para outros as cotas têm a quantidade máxima de no máximo dez.

Gráfico 4 – Previsão de início e fim das quotas de diversos auxílios fornecidos aos estudantes de determinada IFES durante o ano 2022. (dados de 30 de outubro de 2022).



Fonte: Sistema Informatizado de Assistência Estudantil SisAE (2022).

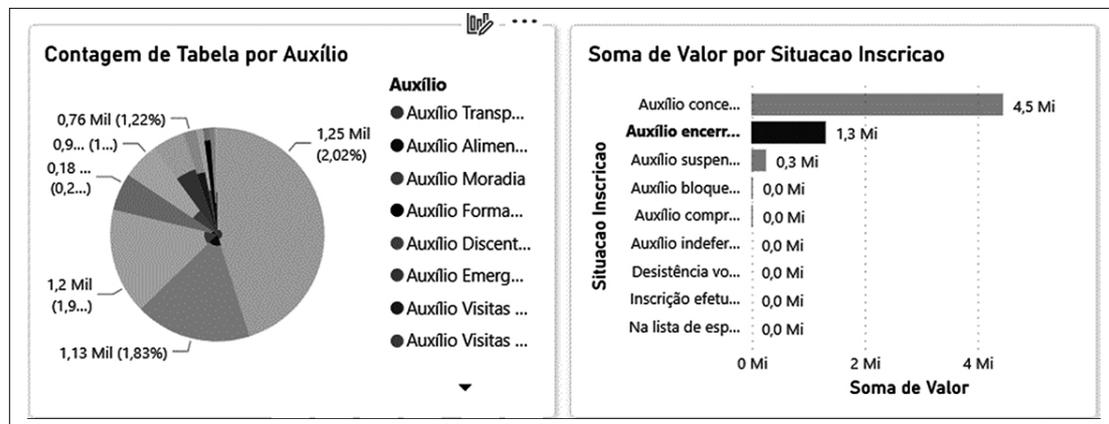
<sup>14</sup> Referente à assistência ao educando da Educação Profissional, que está relacionada ao fornecimento de alimentação, alojamento, transporte, entre outras voltadas à assistência social ao aluno, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do discente na escola. Sua principal finalidade é suprir as necessidades básicas do estudante, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na instituição.

Outra contribuição para a descontinuidade está relacionada ao fato de que o estudante contemplado em determinado edital pode no ano/semestre subsequente perder a sua quota dependendo da disponibilidade orçamentária da instituição. O indeferimento da inscrição no edital também é um problema. Apesar de ser, por vezes, edital único, os critérios para que o estudante seja contemplado são diferentes para cada tipo de auxílio.

Outro problema observado é que a oferta de alguns tipos de auxílios não é obrigatória e, em caso de corte no orçamento, auxílios como formação, discentes pais e mães e óculos podem ser descontinuados.

O Gráfico 5 mostra um exemplo de descontinuidade de uma política de assistência ao educando. O valor de R\$ 139.818,80 foi encerrado pela instituição referente ao auxílio discente pais e mães.

Gráfico 5 – Soma de valores de auxílio discentes pais e mães que foram encerrados durante o ano de 2022 (dados de 30 de outubro de 2022).



Fonte: Sistema Informatizado de Assistência Estudantil SisAE (2022).

Uma possível solução para o problema da descontinuidade na política de assistência estudantil, que dirimiria parte dos problemas mencionados, seria baseada na metodologia do IFFar. O Quadro 2 mostra esta proposta considerando os dados extraídos do SisAE para a IFES em questão.

Quadro 2 – Distribuição dos valores do Auxílio Permanência considerando os grupos de classificação e os valores da Ação 2994 utilizados pela IFES considerada.

Grupos de classificação	Total de Cotas de Auxílio	Quantidade (meses)	Valor
Grupo 1 (vulnerabilidade alta)	624	12	R\$ 234,45
Grupo 2 (vulnerabilidade média)	1.872	12	R\$ 156,30
Grupo 3 (vulnerabilidade baixa)	1.123	12	R\$ 78,15
<b>Valor total</b>			<b>R\$6.046.934,40*</b>

\* Valor considerado para 10 meses de Auxílio Permanência.

Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar da redução nos valores dos auxílios, este estudo considera alguns benefícios em relação à proposta atual da IFES analisada. A primeira delas está em relação à continuidade, pois os auxílios serão pagos desde a aprovação no processo seletivo de concessão de auxílio. Em segundo lugar, este será pago também

em período de férias estudantis, *i.e.*, durante os 12 meses do ano até a conclusão do curso, considerando que a vulnerabilidade social é contínua para o estudante. Terceiro, a redução da quantidade de auxílios e, conseqüentemente, dos diferentes requisitos para a obtenção destes ajudaria consideravelmente os estudantes no processo seletivo, reduzindo a quantidade de indeferimentos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou um tema que necessita ser rediscutido, considerando a nova conjuntura nacional. Com o impacto dos cortes orçamentários ao longo dos anos, as políticas de assistência ao educando precisam ser otimizadas para que o acesso a estas não seja interrompido ou estas sejam descontinuadas.

As IFES utilizam-se de diversos programas de assistência estudantil para garantir a permanência e o êxito escolar do discente. Estes já foram avaliados por diversas pesquisas, porém, ainda não se chegou a algum consenso sobre seus impactos na vida acadêmica do aluno, no entanto comprova-se sua eficiência em relação à evasão escolar.

Esta pesquisa discutiu em sua introdução a importância das políticas públicas de assistência estudantil e o problema da descontinuidade destas. A vulnerabilidade social estudantil é um fator determinante para que estas sejam planejadas e executadas para que, enfim, possam ser efetivas e eficazes no combate à evasão estudantil.

A Seção 2 deste estudo focou na teoria muito difundida atualmente pela academia, que é a ciência de dados. Esta busca encontrar *insights* em dados brutos fornecendo informações ao cientista de dados que o ajudam no processo de tomada de decisão. A ferramenta utilizada neste processo foi o *Power BI*, um serviço de análise de dados da desenvolvedora Microsoft. Utilizando uma técnica conhecida como *clustering* foi possível analisar agrupamentos de dados segundo o seu grau de semelhança.

A terceira parte deste artigo tratou sobre a metodologia e o método. Metodologicamente, esta pesquisa possibilitará a análise de como as políticas de assistência ao educando se aproximam ou se distanciam de suas reais demandas, o que reflete o compromisso social deste estudo. No entanto, é importante atentar que estas não devem se confundir com políticas de assistencialismo, que são temporárias, desarticuladas e pontuais, distanciando-se da real necessidade do educando. Para lograr êxito, são necessárias ações capazes de garantir as necessidades básicas garantidas pela Constituição Federal e ratificadas pela LDB, *i.e.*, garantia de programas suplementares, eficientes e eficazes, de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, contínuos, articulados e abrangentes.

Posteriormente, apresentaram-se alguns trabalhos relacionados ao tema deste estudo. Discutiu-se a importância da assistência ao educando para a permanência deste na instituição, bem como na possibilidade de êxito acadêmico. Apresentou-se a nova metodologia de Auxílio Permanência, um auxílio único baseado em faixas que, no entanto, é descontínuo durante alguns meses do ano.

A Seção 5 utilizou-se a metodologia de faixas de vulnerabilidade utilizada pelo IFFar aplicada à IFES considerada. Esta metodologia dirimiu alguns dos prin-

principais problemas apresentados ao longo deste estudo. No entanto, não foi possível aumentar o valor do auxílio nem a quantidade de auxílios concedidos. Porém, o tempo e a continuidade foram avanços que podem ser considerados como satisfatórios.

O acesso a benefícios e programas oriundos da assistência estudantil constitui uma maneira pela qual os *campi* podem ajudar os alunos necessitados a permanecerem estudando (RODRIGUES; SILVA, 2021). Programas de assistência pública como o auxílio moradia, alimentação e transporte ajudam os estudantes a concluir seus cursos. Uma avaliação mais aprofundada sobre o assunto pode evidenciar que a assistência estudantil pode estar associada ao aumento da permanência na instituição, *e.g.*, tentativa de cursar mais disciplinas, ser aprovado em mais créditos e rematrículas para o próximo semestre.

Para além disso, em resposta ao crescente reconhecimento de que em muitas instituições os estudantes sofrem de insegurança alimentar, estas lançaram uma variedade de intervenções complementares às políticas de assistência estudantil (CARLINI; SENRA, 2021). As respostas mais comuns incluem a criação de despensas de alimentação no campus, *e.g.*, refeições gratuitas nos refeitórios, fundos de assistência emergencial e programas de divulgação e informação para ajudar os alunos a obter benefícios públicos e recursos comunitários. Comuns também são os programas de hortas e agricultura apoiada pela comunidade, caixas de alimentos baseadas em mercados de agricultores e projetos associados ao não desperdício de alimentos.

O auxílio emergencial e Internet ofereceram assistência em dinheiro e em tecnologias da informação e comunicação (TIC) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Segundo Abreu e Ximenes (2021), estes auxílios ajudaram os estudantes a evitar o abandono escolar durante o ensino remoto, pagar aluguel ou ter assistência médica de emergência e, às vezes, comprar comida ou usar transporte. O objetivo destes auxílios foi abordar as circunstâncias da vida que ameaçam interromper o progresso do estudante em direção a conclusão de seu curso. O auxílio emergencial foi a forma mais comum de ajuda da IFES considerada, normalmente oferecida para ajudar um estudante enquanto aguardava o retorno das atividades cotidianas da sociedade e o aquecimento da economia. Muitas instituições também oferecem doações diretas através de cestas básicas.

A assistência estudantil, de fato, foi responsável por manter o estudante na instituição durante a pandemia. Com o auxílio Internet e a distribuição de *chips* de acesso à *internet* e *tablets* os estudantes vulneráveis socialmente puderam acompanhar as aulas ministradas remotamente pelos docentes durante meses (GARCIA; EVANGELISTA; MACIEL, 2022). Muitos estudantes matricularam-se e formaram-se em determinada instituição sem a ter conhecido fisicamente.

Portanto, a assistência ao educando deve ser considerada ponto principal para a política de permanência e êxito de qualquer instituição, considerando aspectos importantes como sua continuidade e considerando diversos níveis de vulnerabilidade social dos educandos.

As limitações deste estudo estão relacionadas ao fato de que os dados disponíveis no SisAE não dão informações suficientes para uma análise mais profunda sobre o tema, assim como o Q-Acadêmico *Web*, sendo necessário um estudo socioeconômico dos sujeitos da pesquisa. Outra limitação foi o recorte temporal.

Somente estavam registrados auxílios pagos aos estudantes durante os meses de janeiro a outubro de 2022, o que dificultou a análise da descontinuidade.

Como sugestões para trabalhos futuros, considera-se um estudo com um recorte temporal mais ampliado, bem como uma análise socioeconômica dos estudantes. Sugere-se fortemente a criação de um novo índice para a vulnerabilidade social, pois não são caracterizadas todas as variáveis utilizadas no índice utilizado pelo IFFar.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. *Psicologia USP*, v. 32, 2021.
- BRANCO, E. P. et al. Evasão Escolar: Desafios para Permanência Dos Estudantes na Educação Básica. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 15, n. 34, p. 133-155, 29 dez. 2020.
- ANDRIOLA, W. B. (org.). *Avaliação*. Múltiplos olhares em torno da Educação. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2005.
- ANDRIOLA, W. B. Avaliação do raciocínio verbal em estudantes do 2º grau. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 2, p. 277-285, 1997.
- ANDRIOLA, W. B. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação (SOI). *Ensaio. Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, v. 11, n. 40, p. 332-347, 2003b.
- ANDRIOLA, W. B. Evasão discente no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação (SOI) para os egressos do ensino médio. *In: Anais do Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste*, 2003, São Cristóvão. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2003a.
- ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Adaptação de alunos ao ambiente universitário: estudo de caso em cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 135-159, 2021.
- ANDRIOLA, W. B.; McDONALD, B. C. (org.). *Avaliação: Fiat Lux em educação*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003.
- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.
- ARAÚJO, A. C. *Lei de cotas na Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação dos seus impactos*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2021.

- ARAÚJO, A. C.; ANDRIOLA, W. B.; COELHO, A. A. Avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): desempenho de bolsistas versus não bolsistas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e172839, 2018.
- ARAÚJO, S. A.; ANDRIOLA, W. B.; CAVALCANTE, S. M.; CORRÊA, D. M. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019.
- CARLINI, F. A.; SENRA, R. F. A política de alimentação escolar em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, p. e384101220693, 24 set. 2021.
- CUNHA, M. S. et al. Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v. 8, n. jan./dez., p. e187722, 7 jan. 2022.
- GALLINDO, E. L. *Análise do Impacto da Assistência Estudantil na Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE*. Monografia. Tianguá, CE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2017.
- GARCIA, D. S.; EVANGELISTA, J. I.; MACIEL, C. E. A política de assistência estudantil na educação superior do IFMS: estratégias e ações no contexto da pandemia da covid-19. *Repecult - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura*, v. 6, n. 10, 2022.
- GHASEMAGHAEI, M.; EBRAHIMI, S.; HASSANEIN, K. Data analytics competency for improving firm decision making performance. *The Journal of Strategic Information Systems*, v. 27, n. 1, p. 101-113, mar. 2018.
- JANNUZZI, P. M. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 29, p. 103-114, 2021.
- NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; ALENCAR, M. A. C. DE. Pesquisa científica: conceitos básicos. *ID on line Revista de Psicologia*, v. 10, n. 1, p. 144, 28 fev. 2016.
- RAUBER, D. T.; GRIMM, V. O programa de auxílios estudantis do Instituto Federal Catarinense. *Vivências*, v. 18, n. 36, p. 71-86, 21 abr. 2022.
- RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 405-423, out. 2018.
- RODRIGUES, S. C.; SILVA, S. C. Sistematização e informatização na assistência estudantil: mapear vulnerabilidades para fortalecer a permanência e o êxito. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 1, p. 2859-2876, 2021.
- SANTOS, D. G.; SIQUEIRA, P. H.; DINIZ, D. M. Assistência Estudantil e PNAES: um estudo bibliométrico sobre a produção científica recente. *Práticas em Gestão Pública Universitária*, v. 5, n. 1, p. 28-53, 2021.
- SANTOS, J. G. et al. Análise de dados: comparação entre as diferentes perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, p. e03322, 2018.

- SANTOS, L. M.; ESCOBAR, S. A. Para além do ingresso: as cotas nos Institutos Federais e os desafios de uma formação técnica e profissional emancipadora. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, p. e346101017963, 12 ago. 2021.
- SÁTYRO, N. D.; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades. *Sociedade e Cultura*, v. 23, p. 1-33, 18 maio 2020.
- SILVA, F. C. Visualização de dados: passado, presente e futuro. *Liinc em Revista*, v. 15, n. 2, 11 dez. 2019.
- TONELLI, M. J.; ZAMBALDI, F. Pesquisas qualitativas, pesquisas quantitativas e além. *Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 5, p. 449-450, set. 2018.
- VANELI JUNIOR, D.; OLIVEIRA, M. C.; CARVALHO, A. L. Panorama das pesquisas sobre assistência estudantil nas universidades federais brasileiras a partir da implantação do PNAES. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 37834-37846, 2020.
- VIEIRA, P. L.; CASTRO, R. M. Permanência e êxito acadêmico: contribuição da política de assistência estudantil na UFPA, Campus de Altamira. *Revista Exitus*, v. 9, n. 3, p. 87, 1 jul. 2019.

Recebido em: 21 nov. 2022.  
Aceito em: 1.º dez. 2022.